



# Congresso cria mais despesa em 91

BRASÍLIA — O Congresso Nacional parece ignorar a crise. Na madrugada de ontem, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso, desprezando todas as previsões recessivas para o próximo ano, considerou que a estimativa de arrecadação enviada pelo governo federal estava subestimada e aumentou por conta própria em Cr\$ 752 bilhões, a preços de maio, o limite de despesas a serem movimentadas pelos parlamentares. O autor da proposta, deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), relator do orçamento setorial das Receitas e da Reserva de Contingência, diz que seu relatório, aprovado por unanimidade, é até conservador, pois a receita deverá ser muito maior do que está sendo previsto.

Do valor aumentado, a maior parte deverá ser usada para resgate da dívida pública (Cr\$ 321 bilhões) e para o pagamento de benefícios da Previdência (Cr\$ 296 milhões), mas pelo menos Cr\$ 98 bilhões deverão ficar livres para atender projetos de parlamentares que forem apresentados na próxima semana. Nyder Barbosa, no entanto, exime-se de qualquer responsabilidade sobre o destino desses recursos. “Minha função é relatar receitas; a destinação destes recursos é de responsabilidade do relator-geral”, papel desempenhado pelo deputado João Alves (PFL-BA).

A mudança foi recebida com surpresa pelo deputado José Serra (PSDB-SP), que a considerou inconstitucional. “O Con-

gresso não pode aumentar os valores dos gastos, só pode realocar despesas. Imaginar que no próximo ano a arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), por exemplo, vai aumentar para US\$ 2 bilhões, como prevê o relatório, é um absurdo. Eles estão enganando os parlamentares, acenando com uma receita que não vai existir”, lamentou Serra. O deputado Antônio Brito (PMDB-RS), também não se entusiasmou com a operação, que em tese devolveria parte dos recursos reclamados por ele para a Previdência, e que teriam sido desviados pelo Executivo. “É um faz de conta que não resolve a situação. E mesmo que não houvesse recessão e esta receita realmente viesse a existir, não resolveria o problema, pois nossa luta é contra o desvio de recursos, que continuaria existindo”, resume.

Ao concordarem com a tese da subestimativa de receitas, os membros da Comissão fecharam os olhos às críticas que o deputado César Maia (PDT-RJ) vinha fazendo ao orçamento desde o início dos trabalhos. César Maia — ausente da votação, da mesma forma que Serra — vinha justamente denunciando a superestimativa do orçamento, que havia sido baseado em um crescimento de 3% para o PIB do próximo ano. Como agora o próprio governo reconhece que o crescimento será zero, as despesas previstas no orçamento não poderiam ser totalmente executadas, segundo o deputado.